Continuação... 22. Outros investimentos a pagar	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
PESA - Plano Especial de Saneamento de Ativos Contas a pagar UPI Campestre	18.156	18.156	18.156	18.156
Direitos creditórios adquiridos	751	807	751	807
Passivo circulante	18.907	19.163	18.907	19.163
Passivo não circulante	(18.166)	(18.363)	(18.166)	(18.363)
	741	800	741	800
23. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferidos				
(a) Natureza dos tributos diferidos A Cia., reconhece imposto de renda e contribuição social diferidos sobre diferenças temporárias, que serão realizados na proporção da resolução final dos eventos. O valor contábil do ativo fiscal diferido é revisado periodicamente.				
	Controladora e Consolidado			
	2025	2024		
Tributos diferidos ativos sobre:				
Prejuízos fiscais do imposto de renda e base negativa da contribuição social	89.156	144.010		
Variação cambial	120.635	93.856		
Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas, para perdas com créditos de impostos e demais provisões	99.407	99.535		
(-) IR/CS diferidos não realizável		(57.448)		
	<u>309.198</u>	<u>279.953</u>		
Tributos diferidos passivos sobre:				
Diferença de taxa de depreciação	(82.157)	(55.923)		
Custo atribuído ao imobilizado	(59.667)	(61.289)		
Ativo biológico - valor justo	13.303	1.852		
Ajuste a valor presente	(368.021)	(326.186)		
	<u>(496.542)</u>	<u>(441.546)</u>		
Tributos diferidos passivos, líquidos	<u>(187.344)</u>	<u>(161.593)</u>		
Conforme legislação fiscal vigente, a compensação de prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social está limitada, anualmente, a 30% do lucro tributável, não havendo, entretanto, prazo de prescrição. Em 31/03/2025, a Cia. e suas controladas possuíam prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social nos montantes de R\$ 262.224 e R\$ 262.224 (2024 - R\$ 423.560 e R\$ 423.560), respectivamente, sendo que o crédito tributário diferido no montante de R\$ 89.156 (2024 - R\$ 86.562) foi constituído contabilmente, com base na expectativa de lucro tributável futuro suficiente para realização desses créditos. Ainda, a Cia. em 31/03/2025 possui tributos diferidos passivos no montante de R\$ 256.098, como resultado do Ajuste a Valor Presente no montante de R\$ 753.229, sobre a dívida remanescente no Acordo de reestruturação, da opção A transferida à novo credor, que será liquidada em 25 anos, prorrogáveis por mais 25 anos, e do alongamento da dívida opção C para 25 anos. (b) Reconciliação Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)				
	Controladora			
	2025	2024		
Lucro antes do IR e da CS	196.167	765.902		
Alíquotas nominais	34%	34%		
IRPJ e CSLL calculados às alíquotas nominais	66.697	260.407		
Ajustes para apuração do IRPJ e da CSLL				
Resultado equivalência patrimonial	(7.013)	(2.494)		
Adições (exclusões) permanentes, líquidas	7.244	(9.747)		
Compensação ganhos Transação Estadual (Nota 19)	(69.629)	-		
Reconhecimento de créditos fiscais (Nota 23(a))	(1.465)	(2.447)		
Outros	29.917	(2.630)		
IRPJ e CSLL apurados	25.751	245.447		
Correntes	(17.047)	-		
Diferidos	(25.751)	(228.400)		
IRPJ e CSLL no resultado	(25.751)	(245.447)		
Taxa efetiva - %	13%	32%		

Lucro antes do IR e da CS
Alíquotas nominais
IRPJ e CSLL calculados às alíquotas nominais
IRPJ e CSLL calculados pelo Lucro Presumido

Ajustes para apuração do IRPJ e da CSLL
Resultado equivalência patrimonial
Adições (exclusões) permanentes, líquidas
Compensação ganhos Transação Estadual (Nota 19)
Reconhecimento de créditos fiscais (Nota 23(a))
Outros

IRPJ e CSLL apurados
Correntes
Diferidos
IRPJ e CSLL no resultado
Taxa efetiva - %

24. Provisão para demandas judiciais (controladora e consolidado)
A Cia. possui ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos. A administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, está questionando a legalidade de determinados impostos e contribuições, bem como em análise das demandas judiciais pendentes, e com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, como se segue:

	Controladora e Consolidado			
	Tributos estaduais	Tributos federais	Trabalhistas e cíveis e outros	Total
Saldo em 31/03/2023	-	5.373	55.038	60.411
Adições	5.598	18	4.666	10.282
Reversões	-	(1.531)	(10.795)	(12.326)
Atualizações	89	989	1.457	2.235
Saldo em 31/03/2024	5.687	4.849	50.066	60.602
Adições	5.252	-	4.767	10.019
Reversões	(5.687)	-	(21.343)	(27.030)
Atualizações	10.263	292	1.656	12.211
Saldo em 31/03/2025	<u>15.515</u>	<u>5.141</u>	<u>35.146</u>	<u>55.802</u>

As ações trabalhistas decorrem de pedidos de horas extras, supressão do intervalo para refeição e descanso, horas "in itinere" (percurso), adicional de insalubridade e periculosidade, integração salarial em virtude do prêmio pago todo mês, reflexos das horas extras nas demais verbas, dentre outros pedidos. As reversões referem-se a baixa de processos encerrados. A Cia. tem outras ações de natureza tributária, cível e ambiental, envolvendo riscos de perda classificadas pela administração como possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, nos montantes de R\$ 565.644 em 31 de março de 2025 (R\$ 580.523 em 31 de março de 2024) e, portanto, em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a constituição de provisão não é requerida para fazer face a estes processos. No geral, refere-se basicamente a processos tributários em discussão sobre a apropriação de créditos de PIS/COFINS, ICMS, discussões de IRPJ/CSLL, contribuição previdenciária, créditos IPI, dentro outros assuntos. A variação do valor de processos considerados como possíveis é resultado substancialmente de: (i) Aumento de processos de natureza tributária no montante de R\$ 22.406, ocasionado por adições e atualizações de R\$ 126.649 e baixas de R\$ 104.243 (o principal saldo referente substancialmente a uma discussão judicial referente a um auto de infração de ICMS, no montante atualizado de R\$ 83.783, classificado anteriormente como risco possível, no qual a Cia. efetuou a adesão ao plano de regularização tributária mencionado na nota 19); (ii) Redução de processos de natureza cível no montante de R\$ 29.854, ocasionado

por revisão da classificação de risco e atualizações de R\$ 20.456, baixas de R\$ 11.865 e R\$ 2.467 de adições de novos processos e (iii) Redução pela baixa de processos de natureza ambiental no montante de R\$ 7.431, ocasionado por baixas e revisão da classificação de risco de R\$ 9.108 e adições e atualizações de R\$ 1.677. A Cia. possui depósitos judiciais no montante de R\$ 1.193 em 31/03/2025 (R\$ 2.348 em 31/03/2024). Refere-se substancialmente a depósito de processos judiciais de natureza trabalhista e depósito para cumprimento de ordem em agravo de instrumento. **25. Patrimônio líquido**

(a) Capital social O capital social integralizado é representado por 51.232.924 ações ordinárias nominativas, no valor nominal de R\$ 1,00 cada uma. **(b) Dividendos** Os acionistas têm direito a um dividendo mínimo de 25% sobre o lucro líquido do exercício ajustado, conforme estatuto social da Cia.. Os acionistas assinaram o Acordo de Acionistas datado de 19/07/2013 que determina que sejam excluídos da base de cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios as mudanças no valor justo dos ativos biológicos. **(c) Ajuste de avaliação patrimonial** É composto do efeito da adoção do custo atribuído para o ativo imobilizado em decorrência da aplicação do CPC 27 e ICPC 10 na data de transição, deduzido do respectivo imposto de renda e contribuição social diferidos, e que vem sendo realizados mediante depreciação, alienação ou baixa dos ativos que lhe deram origem. **(d) Lucro líquido básico e diluído por ação** A tabela abaixo reconcilia o lucro líquido do exercício com valores usados para calcular o lucro líquido básico e diluído por ação:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Lucro líquido do exercício atribuível aos acionistas da Cia. (a)	170.416	519.925		
Quantidade de ações em lotes de mil ações (b)	51.233	51.233		
Lucro líquido por ação ordinária em (a) / (b) x 1000	<u>3.33</u>	<u>10.15</u>		

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
26. Receita líquida				
Receita de vendas de açúcar	1.226.752	1.380.256	1.226.752	1.380.256
Receita de vendas de etanol hidratado	495.351	485.836	495.351	485.836
Receita de vendas de diesel	-	-	23.858	32.739
Receita de energia	49.612	76.796	49.612	76.796
Receita de Crédito de descarbonização- CBIO	13.035	27.649	13.035	27.649
Receita de vendas de cana-de-açúcar	16.485	56.303	16.485	56.303
Receita de bagaço de cana-de-açúcar	3.393	3.296	3.393	3.296
Receita de vendas de produtos agrícolas (i)	3.757	2.793	3.757	2.793
Outras receitas	1.808.385	2.139.593	1.832.243	2.172.332

(-) Impostos e abatimentos sobre receitas

	2025	2024	2025	2024
	(112.969)	(128.072)	(112.970)	(128.072)
	<u>1.695.416</u>	<u>2.011.521</u>	<u>1.719.273</u>	<u>2.044.260</u>

(i) Referem-se a operação de compra e venda de mercadorias como soja, óleo de soja e farelo de soja para entrega futura com fim específico de exportação. **27. Custos e despesas operacionais**

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Insumo - cana de açúcar	(680.577)	(761.980)	(680.577)	(761.980)
Variação valor justo dos ativos biológicos (Nota 15)	(33.680)	(25.747)	(33.680)	(25.747)
Outros insumos	(116.420)	(148.920)	(114.915)	(136.160)
Pessoal	(139.121)	(150.985)	(139.121)	(150.985)
Serviços de terceiros	(105.710)	(120.546)	(105.716)	(120.547)
Fretes e carretos	(16.713)	(20.518)	(16.713)	(20.518)
Fretes e carretos - comercial	(122.345)	(142.555)	(122.345)	(142.555)

Depreciação e amortização	(243.436)	(249.866)	(243.461)	(249.890)
Produto para revenda	(7.771)	(151.213)	(31.025)	(178.125)
Energia para revenda	(27.637)	(45.004)	(27.637)	(45.004)
Legais e associação de classe	(1.114)	(1.326)	(1.114)	(1.326)
Manutenção entressafra	82.272	94.008	82.272	94.008
Outros custos e despesas	(77.892)	(55.766)	(77.302)	(56.411)
	<u>(1.490.144)</u>	<u>(1.780.418)</u>	<u>(1.511.334)</u>	<u>(1.795.240)</u>
Custo das vendas	(1.298.323)	(1.564.927)	(1.320.072)	(1.579.080)
Despesas de vendas	(125.374)	(148.778)	(124.738)	(149.360)
Despesas administrativas e gerais	(66.447)	(66.713)	(66.524)	(66.800)
	<u>(1.490.144)</u>	<u>(1.780.418)</u>	<u>(1.511.334)</u>	<u>(1.795.240)</u>

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Custo dos bens do ativo imobilizado baixados	(3.787)	(1.200)	(3.787)	(1.200)
Receita de vendas de imobilizado	433	1.383	433	1.383
Recuperações de despesas com terceiros	4.130	1.031	4.130	1.031
Despesas legais	(13.776)	(13.555)	(14.002)	(13.743)
Reversão (provisão) para demandas judiciais	4.800	(191)	4.800	(191)
Arrendamentos	7.860	8.275	7.860	8.275
Indenizações e perdas contratuais	(1.656)	(4.420)	(1.879)	(4.420)
Recuperação judicial	(5.693)	(38.551)	(5.693)	(38.551)
Serviços	(16.851)	(3.543)	(16.851)	(3.543)
Tributos (i)	17.439	(2.939)	26.695	(3.206)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	<u>429</u>	<u>383</u>	<u>429</u>	<u>384</u>
	<u>(6.672)</u>	<u>(53.327)</u>	<u>2.135</u>	<u>(53.781)</u>

(i) Descontos no honorários advocatícios e multas punitivas obtidos na negociação da Dívida Ativa Estadual mediante adesão à Transação Estadual (Nota 19).

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
29. Resultado financeiro				
Receitas financeiras				
Ajuste a valor presente (i)	154.345	735.878	154.346	735.878
Juros ativos	5.549	5.146	5.678	5.269
Juros / aplicações	3.116	169	3.116	170
Descontos obtidos	16.124	18.328	16.667	18.328
Parcelamentos de tributos (ii)	<u>125.111</u>	<u>3.239</u>	<u>137.698</u>	<u>3.239</u>
	<u>304.245</u>	<u>762.760</u>	<u>317.005</u>	<u>762.884</u>

Despesas financeiras				
Juros sobre financiamentos	(91.621)	(80.127)	(91.621)	(80.127)
Juros PRI (iii)	(4.065)	6.926	(4.065)	6.924
Juros de mora e comissões bancárias	(15.037)	(11.800)	(15.296)	(12.017)
Despesas com parcelamentos de tributos (iv)	(33.351)	(15.082)	(34.814)	(16.446)
Variações monetárias passivas	(152)	(107)	(152)	(107)
Descontos concedidos	(395)	(2.804)	(619)	(7.501)
Ajuste a valor presente (i)	(85.573)	(92.012)	(85.573)	(92.014)
Outros	(670)	(217)	(670)	(218)
	<u>(230.864)</u>	<u>(195.232)</u>	<u>(232.810)</u>	<u>(201.506)</u>
Variações cambiais ativas	115.328	307.535	115.328	307.535

Variações cambiais passivas	(211.768)	(294.803)	(211.768)	(294.803)
	<u>(96.440)</u>	<u>12.732</u>	<u>(96.440)</u>	<u>12.732</u>
	<u>(23.059)</u>	<u>580.260</u>	<u>(12.245)</u>	<u>574.110</u>

(i) Ajuste a valor presente de Arrendamentos a pagar R\$ 17.100 (Nota 14), R\$ 5.825 de dívida a credores classificados na Opção B - Garantia real e Quirografários do Plano de recuperação judicial,

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos acionistas e administradores da **Clealco Açúcar e Alcool S.A. - em recuperação judicial Clementina - SP Opinião** Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Clealco Açúcar e Alcool S.A. - em recuperação judicial (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido negativo e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Clealco Açúcar e Alcool S.A. - em recuperação judicial em 31 de março de 2025, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais

responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional** Conforme mencionado nas notas explicativas nº 1.3 e 1.4 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Companhia e suas controladas obtiveram aprovação do Plano de Recuperação Judicial por meio da Assembleia Geral de Credores ocorrida em 2 de maio de 2019, composto por um conjunto de ações a serem observadas pela Companhia e suas controladas. Em face da necessidade de alteração nas condições inicialmente aprovadas e homologadas, a Companhia e suas controladas obtiveram aprovação judicial para renegociar as condições do plano de recuperação, através de Assembleia Geral de Credores (AGC) ocorrida em 30 de junho de 2020, conforme detalhado nas referidas notas explicativas. Ainda, em 25 de novembro de 2022, a Companhia convocou Reunião de Credores para deliberação a respeito da implementação de estratégia alternativa para a satisfação das obrigações assumidas em seu Aditamento ao Plano de Recuperação Judicial, visando a dispensa de determinadas obrigações ao referido Aditamento, sendo homologada pelo Juiz da Recuperação Judicial em 16 de março de 2023. Em 18 de maio de 2023, ocorreu o fechamento do referido acordo ao Aditamento ao Plano de Recuperação Judicial, mediante emissão de debêntures na modalidade *Debtor-in-possession financing*, que possibilitou a liquidação de parte substancial da dívida em recuperação judicial detidos pelos credores UPI, desobrigando a Companhia da alienação de sua principal unidade produtiva. Contudo, em 31 de março de 2025, a Compa-

nhia e suas controladas apresentaram patrimônio líquido negativo de R\$149.873 mil, e capital circulante líquido negativo de R\$653.382 mil. Esses eventos ou condições, juntamente com outros assuntos descritos nas referidas Notas, indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto a capacidade de continuidade operacional da Companhia e de suas controladas. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e

emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou represent